

# A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX<sup>1</sup>

Ana Carolina Silva da Costa<sup>2</sup>

Delmo de Oliveira Arguelhes<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo analisa o contexto em que ocorreu a transferência da capital de Minas Gerais, de Ouro Preto para Belo Horizonte, tendo em vista as reformas urbanas em Paris ocorridas no mesmo período e a Proclamação da República no Brasil. Esses acontecimentos influenciaram o processo de transferência da capital mineira, Ouro Preto, para um local onde haveria crescimento econômico, um contingente populacional controlado e ruas ordenadas de acordo com os rigores científicos de finais do século XIX. A partir dessa contextualização, partimos para a análise dos ideais políticos, científicos e sociais do final do século XIX, que influenciaram no planejamento urbano de Belo Horizonte, cidade erguida a fim de substituir a antiga, barroca e imperial, cidade de Ouro Preto. Nessa lógica, a nova capital viria a excluir de seu espaço urbano as camadas mais pobres de sua população.

**Palavras-chave:** Belo Horizonte. Urbanização. República.

## 1 Introdução

Pensar a prática de uma política higienista presente na construção da cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, a partir do advento da Repú-

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de pesquisa realizada para o Programa de Iniciação Científica do UniCEUB, no período entre agosto de 2006 a agosto de 2007.

<sup>2</sup> Licenciada em História pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. [acpemja@yahoo.com.br](mailto:acpemja@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Professor do Curso de História do UniCEUB. Licenciado em História pelo UniCEUB; mestre em História das Relações Internacionais pela UnB; doutor em História das Idéias pela UnB. [delmo.arguelhes@gmail.com](mailto:delmo.arguelhes@gmail.com)

blica no Brasil e da contextualização histórica das reformas urbanas ocorridas em Paris, em meados do século XIX, constitui o objetivo central deste trabalho.

O contexto histórico em que se encontrava a França do século XIX influenciava as visões políticas de muitos brasileiros que viviam momentos propícios à apropriação das idéias francesas de república, modernização e urbanização.

Ao final do século XIX, o Brasil era o único país no continente americano que ainda mantinha a Monarquia como regime de governo, com um imperador que exercia plenos poderes ao utilizar o Poder Moderador, sugerido originariamente pelo positivista francês Benjamin Constant. Na década de 1870, a Monarquia começou a sofrer protestos e críticas de diversos setores da sociedade, insatisfeitos com as ações do Imperador. Muitos integrantes do Partido Liberal se encontravam descontentes com sua situação no poder e acabaram se unindo a republicanos tradicionais e criando o Partido Republicano.

Além da perda do apoio da Igreja e dos militares do Exército, o Império perdia, após a abolição da escravidão, o apoio dos grandes proprietários rurais. O envelhecimento do Imperador e a impopularidade do Conde d'Eu agravavam a decadência do regime imperial e ajudavam ainda mais a tornar o momento propício à instauração de um novo regime que transformaria o Brasil em um país civilizado como a França e os Estados Unidos.

A influência dos acontecimentos na França, desde 1789, era um dos motores na atuação dos republicanos brasileiros que exaltavam a coragem e a audácia do povo francês em destituir seu monarca e instituir um sistema de governo que propunha a participação popular nas decisões políticas e implicava na descentralização do poder.

Os manifestos republicanos e a própria Proclamação da República haviam trazido para a população muitas expectativas de renovação política, de ampliação da participação no poder por parte não apenas de contra-elites, mas também das camadas anteriormente excluídas do âmbito político. Mesmo quando as diversas ideologias republicanas permaneciam restritas ao fechado círculo das elites educadas, elas acabavam defendendo, cada uma à sua maneira, o envolvimento popular na vida política.

A proximidade do centenário da Revolução de 1789 aumentava o entusiasmo republicano pela França e dava forças à propaganda. De acordo com José Murilo de Carvalho (1990, p. 12-13), Silva Jardim pregava abertamente a derrubada do Antigo Regime no Brasil, fazendo-a coincidir com o centenário da Revolução Francesa. A influência francesa nos grupos republicanos foi bem expressa nas palavras de um oficial da Marinha, recordando em 1912 os tempos da propaganda:

Todas as nossas aspirações, todas as preocupações dos republicanos da propaganda eram de fato copiadas das tradições francesas. Falávamos na França bem-amada, na influência da cultura francesa, nas menores coisas das nossas lutas políticas relembávamos a França. A Marselhesa era nosso hino de guerra e sabíamos de cor os episódios da grande revolução. [...] A França era nossa guiadora, dela falávamos sempre e sob qualquer pretexto (CARVALHO, 1990, p. 12-13).

Nesse contexto de enfraquecimento do regime monárquico, a República foi instaurada no Brasil. Para José Murilo de Carvalho, a Proclamação da República no Brasil propunha a implantação de um sistema de governo que traria a população para o centro da atividade política, assim como havia ocorrido na França após a Revolução de 1789. Dessa maneira, influenciada por princípios europeus e também americanos, a República no Brasil pretendia construir uma nação moderna, branca e europeizada sob um regime monárquico, defunto, escravista e sincrético que equipararia a sociedade, a política, a economia e a cultura brasileira às sociedades civilizadas da Europa e dos Estados Unidos.

O novo regime se propunha libertário, branco, fraternal, igualitário e, portanto, civilizado como a Europa, colocando-se contra a nacionalidade espontânea, mestiça e bárbara da população do Antigo Regime.

Ao mesmo tempo em que a República se apresentava como um novo regime repleto de promessas de progresso nos âmbitos político, econômico e social, muitos problemas vigentes no Império permaneceram como desafio aos republicanos. Antes mesmo da Proclamação da República e da implantação do novo sistema, os republicanos herdavam os problemas do fim do Império: crescimento populacional, que ocasionava problemas de habitação; marginalidade; problemas econômicos; aumento do custo de vida, ocasionado pelas imigrações, que ampliavam a oferta de mão-de-obra e acirravam a luta pelos escassos empregos disponíveis.

Dentre os diversos problemas de ordem política, econômica e social, os problemas de ordem sanitária das cidades preocupavam a elite e a República recém-nascida. A própria capital republicana era espaço constituído de epidemias durante a maior parte do ano. As doenças afugentavam a elite, que tinha que viajar para Petrópolis, no verão, a fim de se conservar saudável ou até mesmo viva. Desde os tempos do Império, o precário ou o praticamente inexistente sistema de esgotos e de abastecimentos de água no Brasil constituía-se em adversidades e problemas à classe política e à sociedade.

Nesse contexto de epidemias e cidades insalubres que prejudicavam a reputação da sociedade brasileira e até mesmo do próprio governo republicano, a cidade de Ouro Preto, capital de Minas Gerais, apresentava seus problemas de ordem sanitária, administrativa, estética, econômica e social.

Ouro Preto, cidade de estilo barroco que vivera seu auge econômico no século XVIII com a mineração, encontrava-se sem possibilidades de crescimento econômico devido à decadência da atividade mineradora e às suas condições geográficas. A proposta de análise da exclusão social em Belo Horizonte, por meio do planejamento urbano da cidade, justifica-se com a constatação de que, em finais do século XIX, crescia entre as camadas dominantes brasileiras uma grande preocupação com relação ao comportamento das classes operárias e das classes mais baixas da sociedade. Para resolver os problemas criados pelas classes menos favorecidas nas capitais do país e de Minas Gerais, engenheiros, governadores e prefeitos passaram a elaborar reformas urbanas e a adotar uma política de controle social das classes baixas.

## **2 O projeto, a construção e a ocupação da nova capital mineira, Belo Horizonte**

Em finais do século XIX, a capital de Minas, Ouro Preto, que tinha como sua principal atividade econômica o comércio, não tinha mais espaço para crescer devido à falta de um solo profundo e de estar situada em região montanhosa que não suportaria o plantio do produto mais exportado do país, o café (SINGER, 1968, p. 205). Apesar da exploração do café se apresentar como uma nova perspectiva econômica, não houve sinais de integração entre os núcleos urbanos de Minas

Gerais, não minimizando a fragmentação econômica da província. De acordo com Otávio Dulci (1999, p. 42) a desarticulação estrutural da economia mineira, aliada à sua subordinação a centros econômicos externos, fomentou diversas iniciativas políticas como, por exemplo, a transferência da capital da província, até então situada em Ouro Preto, para o pequeno povoado denominado Curral del Rei, logo no início da República.

Nesse contexto, a capital da província de Minas Gerais não conseguia exercer a centralidade necessária que a faria representante da identidade da província de Minas. Sua função se resumia basicamente à administração da província e nem mesmo a produção cafeeira a beneficiou, especialmente devido ao solo e à geografia impróprios para a cultura cafeeira. Tal alienação perante a vida econômica de Minas comprometeu sua continuidade como capital e, para Singer, a desarticulação socioeconômica da província teria inspirado movimentos separatistas em sua elite econômica, influenciada por ideais republicanos, aspirante por representação política.

Otávio Dulci (1999, p. 42) vê o fim do ciclo da mineração como fator declinante da expansão econômica, política e populacional da área central de Minas, o que agravou o distanciamento entre o centro político-administrativo, Ouro Preto, e as referidas regiões de maior dinâmica econômica, fazendo-as reivindicar, por meio da atuação de suas elites, uma solução para o problema.

Em meio a essa situação, os debates acerca da elaboração do Plano de Construção da nova capital mineira passaram a vislumbrar a possibilidade de a nova capital requerer uma localização mais central no território mineiro. Acreditava-se que esse centro de gravidade pudesse, por si só, reorganizar a economia do Estado em torno de sua área de influência previamente instituída com a simples localização da capital. O primeiro passo para se construir um equilíbrio econômico, há muito esperado pela elite mineira, seria situar-se nas imediações do centro de gravidade do estado.

Identificam-se, então, duas importantes críticas à continuação de Ouro Preto como capital da província de Minas Gerais. A primeira se refere à precária situação econômica da província mineira decorrente do esgotamento do ouro. A segunda se refere ao desenvolvimento da monocultura do café nas regiões Sul e

Zona da Mata e a conseqüente reivindicação das elites dessas regiões por representação política. Desse modo, a possibilidade de transferência da capital emergia como uma solução para criar um centro estratégico que promoveria a integração econômica entre as diversas regiões mineiras.

Além do fator econômico, havia um fator político motivador para a realização da mudança da capital. Apontada por Célio Horta (1997, p. 83), a Proclamação da República, em 1889, e seus ideais republicanos e positivistas importados e, ao mesmo tempo, ressignificados no Brasil, influenciaram significativamente a concepção da nova capital de Minas. Já se sabe que o Império brasileiro foi caracterizado por acentuada instabilidade política. A partir do Segundo Reinado, a monarquia, centrada na figura do Imperador D. Pedro II, foi sistematicamente criticada por setores insatisfeitos da sociedade.

A efervescência sociopolítica do final do século XIX requeria ações e símbolos para que a nova organização política, idealizada na República, ganhasse legitimidade perante seus defensores. Esse contexto pode ser visto como um dos motivos que justificaram a construção de Belo Horizonte, a nova capital de um estado que havia alcançado expressiva participação econômica e que, tal como a República emergente, traria modernidade e progresso para Minas Gerais e para a sociedade como um todo.

Havia ainda mais um motivo que, de acordo com os ideais urbanísticos da época, inviabilizaria a permanência de Ouro Preto como capital de Minas. Seu sítio acidentado não oferecia possibilidade de expansão para os equipamentos urbanos.

Ao visitar Ouro Preto em 1867, o inglês Richard Burton, descrevia:

Ouro Preto apresenta tanta curvatura mal feita e tanta estreiteza quanto se poderia desejar. Haverá todas as pitorescas dificuldades para a construção da rede de esgotos e de gás – um preço um tanto alto para pagar tanta curvatura. [...] Fisicamente, Ouro Preto não é digna da vasta província que comanda. [...] As terras em torno da cidade são improdutivas, as montanhas auríferas só podem ser exploradas por companhias e a cidade não é rica. [...] Ela vive pelo suor de outras fontes, por sua profissão de capital e pelo dinheiro que o Governo gasta com seus funcionários, o que faz a província queixar-se da “empregocracia”. [...] Quanto mais cedo for encontrado novo lugar para a capital, tanto melhor, mas não é fácil, como já disse, encontrar um ponto central adequado a tal fim (BURTON, 1976, p. 188).

Da descrição do Burton pode-se inferir que a situação geográfica, econômica e social da capital das Minas Gerais era das mais precárias, especialmente comparada às cidades européias do período, que recebiam atenção nas reformas urbanas. A visão européia sobre o Brasil demonstrava um abismo entre a sociedade brasileira, que estaria extremamente atrasada, e os países europeus, que representariam a civilização.

Fazendo paralelo entre o Brasil e a Europa, verifica-se que até meados do século XIX, Paris se encontrava em uma situação urbana de contrastes que se constituía, de acordo com a historiadora Sandra Pesavento (1999, p. 41), em uma aglomeração de prédios num espaço estreito, onde barulho e tumulto faziam lembrar a Torre de Babel. Pobres e ricos estavam próximos nos alojamentos e nas ruas, onde se cruzavam os mais diversos tipos de pessoas, seja do ponto de vista ocupacional, social ou moral. A rua era o espaço público em que acontecia o encontro entre a civilização e a cultura com a barbárie e a selvageria. A proximidade entre pobres e ricos se constituía no paradoxo da cidade, sendo o principal elemento definidor da cidade moderna, em que ordem e desordem, confusão e certa lógica de funcionamento faziam a vida urbana se renovar na sua cotidianidade.

A situação precária de amontoamento e sujeira na cidade chegou a tal ponto que o luxo de Paris já estava coabitando com a miséria. Assim, o problema precisava ser atacado, remediado e contornado. O crescimento da capital francesa exigia desobstruções, abertura de novas ruas e o estabelecimento de esgotos que resultariam na aliança entre os princípios da higiene e os da estética.

Entre 1853 e 1870, o Barão Georges-Eugène Haussmann foi prefeito de Paris e nela realizou inúmeras intervenções que resultaram em significativas transformações para a cidade, já considerada importante centro mundial de cultura e civilização.

Os princípios que orientavam a intervenção urbana da Paris do século XIX tinham por base o grave congestionamento do centro da cidade e sua expansão no sentido oeste e norte, com a incorporação de novos bairros. A maior preocupação dos reformadores urbanos era a reconquista do centro da cidade, já que a noção de centralidade urbana estava subordinada à idéia de circulação.<sup>4</sup> Além desses elemen-

---

<sup>4</sup> As idéias de centralidade e de circulação nas cidades podem ser vistas em Sennet, 2001.

tos legitimadores, as reformas urbanas também se justificavam pela preocupação com a segurança pública, mediante o controle das revoltas populares possibilitado pela abertura de avenidas e de *boulevards*. Essa vigilância do Estado por meio do espaço físico da cidade permitiria a circulação eficaz das tropas e formaria uma espécie de sistema defensivo contra o inimigo interno.

A partir disso, pode-se justificar a opinião de Michel de Certeau sobre as cidades. Para ele, cidade é vista a partir de dois pontos distintos: a classe dominante e os usuários dela. O primeiro ponto, o poder, enxerga a cidade apenas como um objeto por meio de formas de dominação – tabelas, cartas, estatísticas; já o último, seus praticantes, sem saberes acerca dela, vivem e se relacionam com a cidade. Para estes últimos, as estruturas físicas e abstratas da cidade têm valores afetivos e até intelectuais. A cidade dos praticantes é a cidade real, uma obra de arte coletiva produzida por suas memórias e cristalizada em seu imaginário (LEME, 1999, p. 222).

Nos casos brasileiro e francês, percebe-se a intenção da elite, do grupo dominante, em construir ou remodelar, respectivamente, o espaço urbano a fim de determinar a vida de seus habitantes, furtando-lhes a possibilidade de dissimulação, de manter segredos, de subtrair-se aos olhos dos outros. A lógica racional e simétrica de uma cidade planejada manifesta tudo de modo muito objetivo, quer mostrar sua real intenção de ordenar, dividir, separar, agregar, estabelecer lugares e disposições aos seus habitantes, tentando manipulá-los cotidianamente. O planejamento parece querer tirar de seus habitantes toda e qualquer possibilidade de escolha e de autodeterminação, e dá lugar a uma cidade dominadora e autoritária. O projeto de uma nova cidade busca definir usos e sentidos, mas, de acordo com Certeau, ainda não é a cidade, pois esta somente existe em um espaço ocupado de vivências, experiências e relações de seus habitantes.

Era nesse modelo haussmaniano e parisiense que os republicanos brasileiros pretendiam espelhar o planejamento urbano da nova capital mineira e esquecer a cidade desenvolvida a partir da atividade mineradora, com ruas tortuosas e inclinadas que simbolizavam a monarquia, a desordem e a dominação religiosa. Sobre isso, Célio Horta complementa:

a Nova Era Republicana se contrapunha à velha ordem representada pela decadente Ouro Preto e, aliada a isto, ressalta-se uma influência de ordem externa: a fundação, relativamente numerosa de cidades novas e planejadas em

outros países, a partir da segunda metade do século XIX, a exemplo de Ottawa, Adelaide, La Plata, Washington etc. (HORTA, 1994, p. 74)

Ainda de acordo com esse autor, os idealizadores de Belo Horizonte supunham que a efetivação da cidade como centro administrativo promoveria a imediata formação de um pólo econômico que reataria a unidade territorial do estado. Havia um claro consenso sobre a necessidade de mudança da capital. Entretanto, essa união não permaneceu durante as deliberações para a escolha do local mais apropriado onde a nova sede da administração do Estado seria construída. O que se tinha decidido apenas era que a nova capital deveria situar-se na área central do Estado por razões explicitadas anteriormente.

Para Berenice Guimarães (1991, p. 42), resolver o problema da parcialidade na escolha do local levou o presidente Afonso Pena a convocar uma comissão presidida pelo engenheiro Aarão Reis, que não era mineiro e estava isento de interesses, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, para fazer os estudos e verificar a viabilidade da construção nos diferentes locais.

Duas questões desafiavam a nova Minas republicana: a organização do estado frente à federação e a mudança da capital, que empolgaria grande parte da população, afetando múltiplos interesses e extravasando o quadro restrito da política de grupos. A construção e a manutenção da nova ordem impunham-se, naquele momento, como o objetivo principal do governo e, dentro dessa, a construção da nova capital expressava a transformação de Minas em um Estado moderno, parte de uma federação.

Desse modo, pode-se retomar a divulgação da nova capital como solução para os problemas socioeconômicos do Estado, para as questões relativas à saúde, por meio da higienização e para o destino da sociedade como propulsora da modernidade e do progresso. Sobre isso, Betânia Figueiredo (1997, p. 23) afirma que “o século XIX no Brasil pode ser estudado como um século fundante, pedra inaugural com um vetor em direção a um modelo de civilização”.

As reformas urbanas de Paris, idealizadas pelo Barão Haussmann, tiveram forte influência nos trabalhos da Comissão Construtora, principalmente no que diz respeito à estética e à preocupação com a saúde da população da nova cidade. Os questionamentos acerca dos miasmas e das causas de várias doenças, como o

bócio, levaram Aarão Reis a considerar o saneamento e a disponibilidade espacial da cidade para que o ar circulasse e a saúde e a civilização fossem garantidas a todos.

A atitude calma e resignada dos moradores do arraial diante das desapropriações empreendidas pela Comissão, de acordo com o padre Francisco Dias, contribuiu para o sucesso e a rapidez desse processo. O autor chega a mencionar que, na verdade, houve uma relação de compra e venda entre o Estado (representado pela Comissão Construtora) e o povo, não havendo prejuízo a nenhuma das partes envolvidas. Mesmo com uma visão de encantamento, perceptível em suas palavras, o padre reconhece que os moradores do arraial poderiam ter sido beneficiados nas negociações efetuadas à época (DIAS, 1997, p. 87).

A conseqüência de uma posição social privilegiada dos doutores da Comissão diante da comunidade foi a submissão dessa última às decisões dos primeiros. O saber científico não podia ser contestado ou julgado negativamente. O imaginário popular foi corrompido pelos louvores dedicados à ciência e à técnica representadas pelo saber acadêmico naquele momento. As transformações advindas da construção da nova cidade eram embasadas no discurso positivista, independente das pessoas atingidas estarem preparadas para compreender em quê o novo estilo de vida implicaria.

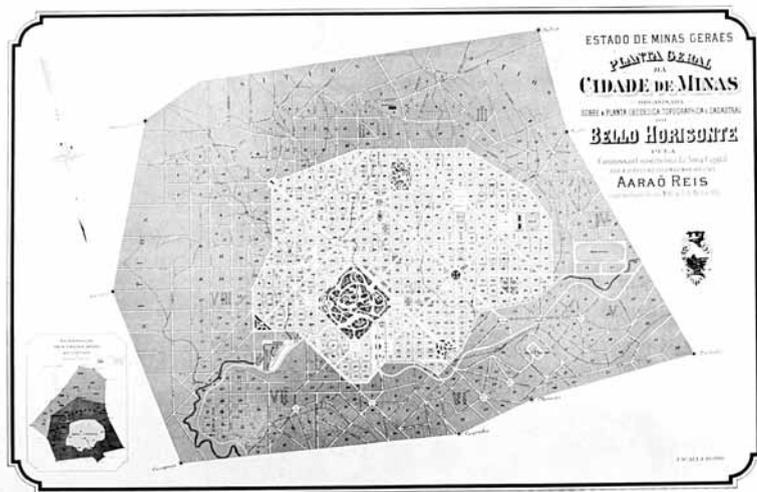
Dessa forma, verifica-se que, a partir das novas necessidades de expansão da cidade, das necessidades de renovação dos valores estéticos e do desejo de europeizar o Brasil, políticos mineiros elaboraram um projeto para construir uma nova capital de Minas Gerais em local que reunisse o ideal racional de urbanização, inspirado na lógica positivista e nas idéias estéticas da *belle époque*, às condições geográficas favoráveis a uma conexão com outras cidades e capitais brasileiras e, também, a um ordenamento da população da nova capital.

Em meio às deliberações acerca da construção da nova capital, Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, entregou ao governo do Estado de Minas Gerais, em 23 de março de 1985, o Ofício número 26, que apresentava as plantas da nova capital. Dessa forma, ele explicava seu Plano da Cidade:

As ruas fiz dar largura de 20m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação de vehiculos (sic), o tráfego dos carris e os trabalhos de collocações (sic) e reparações das canalizações subterrâneas. As avenidas, fixei a largura de 35m, sufficiente (sic) para dar-lhe a belleza (sic) e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar a população. Apenas a uma das avenidas que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada a ligação dos bairros oppostos (sic) - dei a largura de 50m, para constitui-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, a manutenção da hygiene (sic) sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos technicos (sic) [grifos nossos]. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locaes (sic), e que, de futuro, será uma das mais apreciadas bellezas (sic) da nova cidade. A zona suburbana de 24. 930. 830 m<sup>2</sup> – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e suas ruas traçadas de conformidade com a topographia (sic) e tendo apenas 14 de largura-circundada inteiramente a urbana, formando vários bairros, e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17. 474. 619 m<sup>2</sup>, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as seções I a VII da área urbana (com 4.395.212 m<sup>2</sup>), I e VI da zona suburbana (com 3.855.993 m<sup>2</sup>), compreendidas (sic) todas na faixa determinada por duas linhas paralelas (sic) traçadas pelo eixo das avenidas Christovão Colombo e Araguaya (sic) (SALGUEIRO, 1997, p. 273-274).

Aqui, vemos que a planta da cidade foi fundamentada em valores científicos e, talvez, até empíricos, na medida em que já haviam sido experimentados na França, em meados do século XIX. O traçado do setor urbano foi estruturado em um sistema retangular sobre o qual se tem outro, caracterizado por uma rede de avenidas dispostas diagonalmente ao primeiro e mais espaçadas que esse. A interação entre ambos se dá em ângulos de 45°. Sobre essa característica do plano, Salgueiro (1997, p. 273-274) esclarece que o traçado quadriculado, semelhante a um tabuleiro de xadrez, era muito utilizado para as cidades novas nas quais se previa facilidade de loteamento. A superposição de diagonais era vinculada à 'lógica dos fluxos', da aeração e da comunicação adotada em Paris e que se difundiu para cidades americanas.

**Figura 1 - Planta Geral da Cidade de Minas, organizada pela Comissão Construtora da Nova Capital, coordenada pelo engenheiro Aarão Reis, 1895.**



Acervo Documental da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas: Belo Horizonte. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto e Arquivo Público Mineiro.

A área urbana da nova capital foi planejada com o objetivo de receber, principalmente, o aparato burocrático-administrativo do governo e os funcionários públicos, vindos de Ouro Preto. Por isso, sua infra-estrutura foi projetada de forma detalhada. Singer (1968, p. 219) fornece vários exemplos dos serviços instalados, tais como o sistema de abastecimento de água, de esgoto, de eletricidade e de telefone.

A nova cidade foi concebida para ser ocupada por uma população total de 200 mil habitantes, sendo que essa ocupação aconteceria, na visão de Aarão Reis, do centro para a periferia. Desse modo, a infra-estrutura conseguiria, gradativamente, acompanhar a ocupação em prol da salubridade desejada pelo engenheiro.

Para o setor suburbano, previa-se a construção de quintas e casas de campo. Ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, esse setor não foi totalmente desprovido de planejamento. No entanto, esse se deu de modo menos exigente, mais flexível, caracterizando um padrão inferior de infra-estrutura. É possível perceber, a partir da planta de Reis, a diferenciação dos benefícios destinados às dife-

rentes classes sociais da cidade planejada. A sociedade de classes foi reproduzida na própria cidade como se a interação entre os interesses divergentes que a constituem pudesse ser estabelecida de modo harmônico tal como estipulado no plano. De acordo com Heliana Salgueiro (1997, p. 273-274), a localização dos serviços, realizada por Aarão Reis na planta da cidade, baseava-se na tríade: salubridade, comodidade, embelezamento.

A zona rural, circundante da zona suburbana, era composta por sítios que deveriam promover, por meio da pequena lavoura, o abastecimento agrícola da cidade.

No tocante à ocupação e ao loteamento da nova cidade, de acordo com Guimarães, Reis atribuía ao governo também a responsabilidade pela construção das casas que se destinavam aos diversos escalões do funcionalismo público, não se colocando a questão da casa para o operariado. A lei que designava a construção da nova capital estipulava a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para os operários. Contudo, o engenheiro não cumpriu tais determinações, deixando os espaços destinados a esse fim para uso do estado.

Já na região destinada à construção de residências dos funcionários públicos, não havia separação hierárquica do espaço. A única diferença existente, segundo Guimarães, referia-se ao tipo de casa, destinando-se as maiores aos funcionários de mais alto escalão e as menores aos que tinham funções menos qualificadas. Para a autora, essa concepção de Reis deixa claro seu pensamento com relação à estratificação da sociedade que, ao mesmo tempo em que admite a diferenciação social, vê a possibilidade de convivência harmoniosa entre os funcionários de escalões mais altos e aqueles que exerciam funções mais simples, como trabalhadores manuais e mecânicos.

Ao se considerar a planta da cidade como um símbolo da mentalidade da época, pode-se estabelecer que mais importante que os estudos do terreno para a elaboração do plano, foi a ideologia que movia as pessoas diretamente envolvidas na concepção inicial da capital. Os preceitos positivistas, racionalistas e tecnológicos proporcionaram a sensação de controle da natureza e capacidade inquestionável de remodelação de suas características. Mostrar uma ruptura com a paisagem significava o controle sobre o sítio, a afirmação de superioridade científica perante os, assim chamados, inconvenientes de um determinado lugar.

Dessa forma, o projeto da construção da nova capital mineira foi aprovado e em 1897, abandonando a estética barroca e os valores do passado, a cidade de Belo Horizonte foi inaugurada. Aarão Reis, diretor da Comissão Construtora da Capital, teve a preocupação de situar sua proposta em sintonia com os avanços da ciência e da técnica de seu tempo, que buscava acompanhar de perto o planejamento da cidade, obedeceu às mais severas indicações e exigências modernas de “hygiene, elegancia e embellezamento [sic]” (LEME, 1999, p. 222), demonstrando o esforço feito pela elite brasileira, desde o início do século XIX, para “europeizar” o país, tornando-o um pedaço da Europa no continente americano.

Na análise de Sandra Pesavento sobre as reformas urbanas feitas em Paris pelo Barão Haussmann, identificamos correlação e influências no planejamento de Belo Horizonte. Segundo a autora, se os discursos e imagens construídos sobre o urbano são objeto do imaginário coletivo, são também, ao mesmo tempo, capazes de migrar no tempo e no espaço, influenciando locais e momentos diferentes. Para ela,

O fato de ser possível estabelecer uma articulação entre práticas e representações do urbano entre épocas e locais variados, nos mostra que problemas semelhantes ou mesmo idênticos se colocaram nesses tempos e espaços distintos. [...] Há uma temporalidade das práticas sociais e de suas representações, mas as idéias viajam no tempo e no espaço e são recicladas em outro contexto, que as historiciza. Ocorrem, nesse processo, simplificações e acréscimos, aceitações e rejeições, seleções e versões, implicando a atribuição de outros sentidos distantes daqueles do original (PESAVENTO, 1999, p. 22-23).

No Plano da Cidade, a influência de correntes de pensamento e estilos arquitetônicos européias, especialmente da eclética, transparece e reforça a idéia de ordem e de funcionalidade imprimidas ao espaço urbano, e também à monumentalidade, à simetria e à grandiosidade, simbolizando a autoridade e o poder do governo. A influência do modelo de Haussmann se fazia presente, embora Aarão Reis evitasse comprometer-se ideológica e politicamente.

A influência do modelo haussmaniano, para Guimarães (1991, p. 128) e para a historiografia, é inegável no projeto de construção de Belo Horizonte. O urbanismo do barão francês inspirou Reis na organização administrativa da Comissão de Construção da Capital e na autonomia que ela deveria

gozar durante sua gestão, devendo a orientação técnica prevalecer sobre a política. Se houvesse uma direção política repleta de interesses e indiferente aos critérios técnicos e científicos da obra, o desempenho da Comissão seria prejudicado. Assim como Haussmann, que elaborou o projeto de Paris, obedecendo às orientações de Napoleão II, Reis também recebeu do governo as diretrizes mais gerais que deveriam orientar o projeto da nova capital, contidas na Lei nº 03, adicional à Constituição Estadual de 1891. Mas, reservou-se o direito e a autonomia de dar-lhes o formato técnico que desejava.

A concepção higienista da nova capital mineira foi influenciada por Haussmann, no sentido de que, para elaborar o projeto da nova capital, Reis consultou os últimos trabalhos técnicos europeus sobre tratamento de esgotos e de águas pluviais, e as experiências científicas dos mais famosos microbiologistas com relação ao saneamento e ao aproveitamento das águas depuradas na agricultura. De acordo com o projeto, a parte central da cidade foi dotada de sistemas de água, de esgoto, de rede elétrica e de telefonia, proporcionando a seus moradores o conforto que os mineiros aguardavam há anos.

Antes mesmo de influenciar as reformas urbanas de Pereira Passos no Rio, no início do século XX, a urbanização de Haussmann se fez presente, pela primeira vez, em 1893, em Belo Horizonte, pelo projeto de Aarão Reis, com a diferença de que, nas duas capitais, brasileira e francesa, o projeto se destinou à transformação de um espaço já construído, enquanto que na nova capital mineira ele funcionou como base para a construção de um novo espaço.

A planta da cidade elaborada por Aarão Reis continha idéias de progresso, de modernidade e de avanço tecnológico. A difusão dessa forma de pensamento foi possível a partir da mentalidade positivista vigente na escola Politécnica do Rio de Janeiro. A planta da cidade permite perceber que se pretendia, claramente, romper com o padrão colonial das cidades brasileiras simbolizado, principalmente, por Ouro Preto.

Aplicado ao urbanismo, o positivismo – ideologia de sustentação do movimento republicano e industrial no Brasil – se expressou pelo gosto da medida, da retificação, da ordenação. Assim, foi idealizada uma cidade rigidamente geométrica, funcional, limpa e saudável, constituída de parques e áreas verdes, ventilada e iluminada [...]. O

pensamento dominante era de que os valores artísticos e as heranças do passado deveriam ser substituídos por uma arquitetura racional e moderna. (HORTA, 1997, p. 85)

A aplicação sistemática da ciência às questões humanas pregadas pelo positivismo era recebida por alguns segmentos da elite brasileira – militares, engenheiros, industriais – como uma fórmula mágica para promover a ordem e o progresso no país, sem que isso, necessariamente, significasse a aceitação da doutrina de Auguste Comte.

Para entendermos como essa ideologia progressista, modernizadora e urbanística pode ter sido elemento de difusão de idéias de higienização social em Belo Horizonte, analisamos as circunstâncias em que a cidade foi ocupada territorialmente. Os motivos iniciais que proporcionaram a ocupação da área em questão foram: o processo de desapropriações dos moradores do arraial; o significativo contingente populacional atraído para a construção da capital; a venda dos lotes da área urbana e as negociações políticas que influenciaram a ocupação da cidade e quais foram os beneficiados dessa situação.

A partir disso, compreende-se que a questão habitacional emergiu como necessidade, não apenas para as famílias desapropriadas, mas também para os operários que chegavam para executar as obras da cidade com prazo de inauguração marcado em lei. A situação foi agravada quando o expressivo aumento populacional de Belo Horizonte foi retomado. De acordo com Dias (1997, p. 10), de 2.600 pessoas em março de 1894, o arraial atingiu 3.500 em dezembro do mesmo ano; 5.000 no final de 1895 e 6.000, um ano depois. Na data da inauguração, dezembro de 1897, Belo Horizonte possuía de 10 a 12 mil moradores.

O fluxo de operários envolvidos nas obras da cidade foi significativo. O operariado habitava as zonas suburbana e rural da cidade, mas houve uma parcela que empreendeu aproximação da área central. A atração promovida pela zona urbana da cidade pode ser relacionada à proximidade dos canteiros de obras e decorria das dificuldades de transporte vivenciadas pelos operários no momento em que a cidade ganhava uma dinâmica populacional considerável.

Uma pequena parcela da população, representante da classe média, conseguiu fixar-se na área central da cidade que, mesmo antes da inauguração, já era marcada pela especulação imobiliária. Além dos operários e, de acordo com Guimarães (1991, p. 55), a capital também recebeu profissionais liberais, técnicos e

comerciantes em busca de trabalho e oportunidades. Havia uma real crise de moradia que atingia a todos, com maior ou menor intensidade.

Infere-se das análises que, a princípio, os idealizadores da nova capital consideravam os operários uma espécie de mão-de-obra “flutuante” a ser “descartada” após a finalização das obras. Não se cogitou a hipótese de a classe trabalhadora permanecer, juntamente com suas famílias, na cidade planejada para e pelo aparato administrativo do Estado. Os desdobramentos sócio-espaciais desse fato têm atribuído ao plano da cidade um caráter elitista, segregacionista e utópico por considerável parte dos autores que sobre o tema se debruçaram. A resultante disso consistiu na invasão de terrenos na área urbana e na proliferação de cafuas em vários locais da cidade.

A ocupação de Belo Horizonte contrariou a previsão de Aarão Reis, uma vez que se desenvolveu da periferia em direção ao centro e não de modo inverso. Sendo assim, observa-se, nos primeiros anos da capital, o centro dotado de infraestrutura e despovoado, enquanto que a periferia se adensava e não possuía infraestrutura suficiente para a demanda populacional existente. Assim, Monte-Mór (1994, p. 15) reitera:

Foi a população trabalhadora, excluída do espaço central da cidade, do poder, da cidadania, [...], que de fato determinou a produção da cidade. E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro, num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil.

Apesar dessa situação, o governo empreendeu incentivos à atração de mão-de-obra mais qualificada composta, principalmente, por imigrantes estrangeiros para ocupar a cidade. Além das doações de lotes aos ouro-pretanos, houve um incentivo que visava atrair pequenos agricultores e trabalhadores qualificados.

Embora tenha havido certa preocupação quanto à determinação de um espaço adequado para os trabalhadores agrícolas, o mesmo não ocorreu no caso dos trabalhadores urbanos. Guimarães (1991, p. 58) desenvolveu um estudo sobre a situação das moradias operárias em Belo Horizonte e explicou como se deu a venda dos lotes na cidade. Fica clara a situação de desvantagem relegada ao trabalhador pobre. Apesar de vários decretos, leis e reivindicações populares, nenhuma iniciativa de apoio à classe operária foi concretizada nas primeiras duas décadas da cidade.

A ocupação de Belo Horizonte foi marcada pela especulação e por negociações irregulares de lotes efetuadas pela Comissão Construtora a partir do momento em que esse órgão passou a representar, sem muitos conflitos, os interesses do governo estadual. O objetivo era facilitar a fixação da população e estimular o desenvolvimento da cidade como as previsões iniciais apresentaram. No entanto, as medidas desconsideraram a população operária em prol do aparato burocrático da capital administrativa. Até mesmo setores industriais, como o de materiais de construção, receberam incentivos, como a concessão de lotes para edificarem na zona urbana. Aos funcionários públicos, foi permitida a aquisição de lotes contíguos aos terrenos doados e o prazo para a construção final das casas foi aumentado, bem como o do pagamento do financiamento delas.

A partir dessas análises, pode-se inferir que os ideais republicanos e urbanísticos do início do século XX escondiam o ideário dito liberal, sob uma fachada modernizadora e universal. Como foi visto, a influência das reformas urbanísticas de Paris na construção da nova capital mineira possibilitou a adequação da política higienista ao projeto político, econômico e social de consolidação da República, reunindo o disciplinamento higienista às demandas da modernidade belo-horizontina.

Além da Comissão Construtora e dos próprios governantes promoverem a exclusão da parte trabalhadora da cidade por meio do planejamento urbano e da venda de lotes, podemos verificar também o discurso utilizado pela prefeitura da nova capital que pretendia combater a vadiagem e defender tanto o cientificismo como a moral familiar.

Nesse aspecto, os migrantes e os imigrantes, que afluíram à capital mineira como mão-de-obra para sua construção, e, posteriormente suas indústrias e colônias agrícolas, acabaram encontrando os ideais positivistas e cristãos de forte apelo moralizante arraigados na sociedade mineira. De acordo com os estudos de Henriques (1997, p. 58), no início do século XX, moralizar significava sanear, redefinir valores e modelos de comportamento, idéia que se ajustava aos propósitos da República de modelar um tipo de cidadania adequada às exigências da nova ordem econômica.

As classes dominantes utilizaram muitos mecanismos para garantir a segregação social, o controle das massas, o Plano da Cidade e também para difundir seus projetos de dominação expressos como o saneamento necessário às mudanças que estavam por vir.

Vários exemplos para nossas análises da atuação da política de higienização social podem ser vistos no jornal 'Diário de Notícias' que divulgava os ideais higienistas e controladores da elite. Mediante a análise desse jornal, podemos confirmar a idéia de que Belo Horizonte, assim como outras cidades do país, reagia de forma expressiva, explícita e intolerante à ociosidade dos pobres. O espectro da vadiagem consistia em produtor de apreensão das autoridades, sendo visto como uma questão de ordem pública. A polícia e determinados estratos da população não toleravam certos tipos de comportamento que pudessem ser associados à vadiagem, inclusive algumas formas típicas de lazer da classe trabalhadora.

O 'Diário de Notícias' protestava contra a inércia da prefeitura de Belo Horizonte para limpar a cidade da infestação de mendigos que descaracterizavam os ares da modernidade. Muitas vezes, o jornal citava outras capitais como exemplo de eficácia na solução do problema de ordem pública em que se constituía a vadiagem.

BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos [...]. Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, [...] proibindo (sic) terminantemente a mendicidade das ruas. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1907, p. 1)

Infere-se, desse discurso, a perplexidade dos homens diante da nova realidade das multidões urbanas, aglomerações que se movem sem parar e que, inclusive, não podem parar por causa do ritmo da sociedade industrial. Daí surge uma contradição: os problemas sociais não são solucionados pela sociedade idílica projetada. A elite vê a sujeira, a mendicância e a doença como o avesso das promessas de bem-estar e acusa a ineficiência dos condutores da sociedade, tornando-os alvo de vigilância e de avaliação. Assim, a cidade se constituiria em um observatório privilegiado da diversidade: apreenderia o sentido das transformações e definiria estratégias de controle e de intervenção nas massas.

As medidas apontadas para a solução dos problemas se aliavam ao espírito positivista, doutrina que explicava as distorções sociais pela rigidez das leis naturais que regem a sociedade, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir a harmonização desses conflitos e distorções. Desse modo, surgiam medidas aparentemente humanitárias que determinavam o resguardo do corpo social a partir do confinamento de mendigos e do isolamento dos doentes.

Com relação a esse aspecto, o jornal *Diário de Notícias* discorria em fevereiro de 1907:

Bom concurso trariam a acção (sic) restauradora das nossas forças productoras (sic) em boa hora empreendida (sic) pelos poderes públicos, os senhores da policia conseguissem a completa extincção (sic) da vadiagem em nossa terra. Mesmo na Capital, é contristador o espetáculo que presenciemos: as tavernas vivem locupletadas de parasitas que tantos serviços podiam prestar [...] e não seria esse cancro social que todos nos devemos temer. Guerra, pois, aos vadios [...]. (DIÁRIO DE NOTICIAS, 1907, p. 1)

Os políticos, os governantes, as classes dominantes e o próprio jornal (representante e implementador do discurso que correspondia aos interesses das camadas médias e dominantes) consideravam a pobreza perniciosa em si e produtora de maus exemplos. Além da condenação à vadiagem, cabarés, bares, bordéis e salões de jogos eram temíveis ambientes corruptores de corpos e almas. O discurso higienista pregava a conciliação da privacidade com a sociabilidade, norteando as experiências pessoais com o mundo. Tal discurso, enquanto saber científico, orientava a realidade maniqueísta da família e apontava seus meios de defesa e o perigo virtual que a cercava.

O discurso higienista estabelecia o saneamento básico, padrões de valores, crenças e comportamentos fundamentados na razão e em parâmetros científicos que valorizavam a centralidade da cidade. Essa metodologia de estabelecer o certo e o errado julgava os costumes populares como os mais infundados e nefastos que deveriam ser corrigidos pela ação policial.

As classes dominantes procuravam sempre divulgar e difundir um discurso norteador e disciplinador que apontava as maravilhas da ciência e que mostrava o Brasil em sintonia com a modernidade e com os valores comportamentais da Europa, convencendo a população de que a ciência é eficaz, prática e opera pelo bem, sendo digna de confiança e inquestionável.

A partir desse contexto, o Estado era apontado como único elemento que poderia resolver os problemas de ordem social e que “a higiene pública é sempre a garantia da paz e felicidade de um povo, todos os males e desgraças vêm, é certo, de seu abandono” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1908, p. 1). Além das inúmeras críticas feitas ao comportamento popular, o discurso higienista e modernizador dava instrumentos ao Estado para continuar suas tentativas de normalização e de controle social por meio da profissionalização e da racionalização social.

Em análise de Jürgen Habermas, a racionalização no século XIX é entendida como a ampliação das esferas sociais submetidas aos critérios da decisão racional, como, por exemplo, a industrialização do trabalho social que tem por resultado a influência dos critérios da ação instrumental nos âmbitos da vida, que podem compreender a urbanização das formas de existência e a tecnificação do tráfego e da comunicação. Tal racionalização visa à melhoria ou a ampliação dos próprios sistemas do agir-racional-dirigido-a-fins.

A racionalização progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico que, ao penetrarem as esferas institucionais da sociedade, transformam as próprias instituições e desmoronam as antigas legitimações. Em nome dessa racionalidade foi implantada uma forma determinada de dominação política oculta,

que se refere à correta eleição entre estratégias, à adequada utilização de tecnologias e à pertinente instauração de sistemas, subtraindo o entrelaçamento social global de interesses em que se elegem estratégias, se utilizam tecnologias e se instauram sistemas, a uma reflexão e reconstrução racionais. (HABERMAS, 1968, p. 46)

A racionalidade estende-se apenas às situações de emprego possível da técnica e exige um tipo de ação que implica dominação sobre a natureza ou sobre a sociedade como no caso do planejamento de Reis sobre Belo Horizonte, em que a cidade é dividida em áreas importantes da definição econômica e social da capital mineira.

A racionalização das relações vitais segundo critérios desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político. (HABERMAS, 1968, p. 46)

A mundialização da razão, da ciência e da tecnologia, de uma nova ética substituindo a política, da universalidade industrial e cultural caracterizam as influências sofridas por Reis na adoção de crenças progressistas fundamentais na elaboração do Plano da Cidade e na política de exclusão das classes trabalhadoras e mais pobres da nova capital mineira.

A proliferação das cafuas e barracos passou a ser alvo de uma relativa atenção do poder público no que se refere à destruição das cafuas e transferência dos operários a uma seção da zona urbana. Essa medida, relatada por Guimarães, foi resposta ao grande contingente operário da cidade desprovido de um local adequado onde pudesse se estabelecer. O decreto nº 1.516 (de 02/05/1902) reservava parte da área urbana à população operária. Essa área corresponde ao atual bairro Barro Preto. O local não possuía qualquer tipo de infra-estrutura e era proibida a implantação de casas comerciais.

Essa medida, de organização de um bairro operário no interior da zona urbana a fim de assegurar a disponibilidade da mão-de-obra, não foi acompanhada por investimentos em serviços básicos para a população. Tratou-se de uma medida impulsionada pela gravidade da situação e não pela vontade política de inserir o trabalhador na nova cidade.

Belo Horizonte, tal qual seu plano inicial, foi surpreendida por um fluxo populacional superior ao que a infra-estrutura instalada poderia acomodar, daí a precariedade da situação dos trabalhadores pobres nas primeiras décadas da cidade.

As primeiras décadas do século passado, em Belo Horizonte, foram marcadas pela precária situação do operário urbano ocasionadas pela estruturação urbana e pelo discurso implícito no Plano da Cidade de higienização social. O centro da cidade, ou seja, a zona urbana, passou por momentos de estagnação, no que se refere à implantação da infra-estrutura. Isso decorreu de períodos de crise econômica que paralisaram as obras da cidade como o de 1898 e o decorrente da Grande Guerra de 1914-1918.

Por sua vez, a área suburbana foi ocupada de forma “desordenada” e sem nenhuma atenção concreta do poder público. Com o passar do tempo, houve a intensificação do processo de segregação socioespacial característico da planta da cidade e o descaso, embora disfarçado por inúmeros decretos e leis do poder público para com as classes menos favorecidas.

As prioridades do poder público na questão da ocupação da cidade estavam em consonância com a cidade-espetáculo imaginada pela elite mineira, ansiosa por alcançar os padrões europeus de civilização e modernidade. Isso fez com que sua atuação se omitisse em relação às reais demandas da nova cidade. A discrepância formada entre a suntuosidade de alguns prédios da capital e a precária condição das moradias operárias revela a direção da atenção governista e higienista. Enquanto a zona urbana permanecia em construção e pouco ocupada, a zona suburbana, desprovida de condições sanitárias, viárias e habitacionais adequadas, sofreu a ocupação do contingente populacional atraído pelas promissoras expectativas da nova cidade.

A pretensão de levar para Belo Horizonte mais de seis mil operários, que construiriam a cidade, fez com que o Plano da Cidade sofresse alterações. As classes média e alta tiveram que dividir o espaço físico com o resto da população que, afinal, era absolutamente necessária para elas. A zona suburbana e as colônias agrícolas foram aos poucos conquistando o espaço, se aproximando do centro e, pelo menos uma parcela da classe operária ou da pequena classe média conseguiu entrar na cidade e morar no centro da cidade. Durante a própria construção, a população mais pobre que, segundo a elite, não combinava com a cidade, se misturou aos elementos criadores do modelo perfeito da ordem.

Ao analisarmos a elaboração e a construção da cidade de Belo Horizonte, percebemos que a modificação do espaço da cidade, capaz de dar a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade. Ao mesmo tempo é uma tarefa de profissionais especificamente habilitados para tal (urbanistas, arquitetos, engenheiros, higienistas), e também comporta o que se poderia chamar de intervenção do cotidiano. Ou seja, o espaço sonhado, desejado, batalhado e até mesmo imposto acaba sendo também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos. Tais fatores são fundamentais para percebermos como os cidadãos excluídos pelo Plano da Cidade encontraram a saída para integrarem a cidade.

Aliado a isso, a racionalidade, segundo Silveira (1997, p. 32) é capaz de expurgar do cenário da cidade o rosto da desordem, da revolta, do incontro-

lável. Apaga do espaço os signos capazes de incorporar e de manter viva na memória a experiência dos indivíduos, sua identidade enquanto sujeitos sociais, suprimindo a capacidade desse espaço urbano de incorporar referências individuais e coletivas.

O projeto da cidade, desde o princípio, foi desafiado e convidado a constantes adaptações decorrentes das demandas sociais. No entanto, as diretrizes políticas concentraram esforços para a realização do que estava no imaginário da elite desde a concepção inicial do plano urbano. Movida pelo anseio de afirmação socioeconômica e política, a sociedade do início do século XX não percebeu a questão social como base para sua organização e fortalecimento.

### **3 Conclusão**

A análise da higienização social em Belo Horizonte, fundamentada pelos estudos da República Brasileira e da urbanização francesa de Haussmann, nos mostrou que a história da capital mineira, abordada no trabalho, foi marcada, muitas vezes, por uma classe política resistente em aceitar a evidência e a emergência de questionamentos sobre o espaço urbano que se estava construindo. A dinâmica socioespacial, representada, principalmente, pela população operária, mostrou-se mais imprevisível do que o esperado pela elite idealizadora da cidade. As influências francesa e republicana acabaram influenciando a exclusão social na nova cidade que almejava progresso, civilização, europeização (justificados pela imigração européia de operários) e branqueamento da população da capital mineira.

As ruas e as avenidas largas não eram capazes de produzir lugares de encontro, mas sim lugares de tráfego, o que nos mostra que o planejamento não foi neutro e nem obedeceu a uma racionalidade moral ou ética. A planta da nova cidade é classista e nela existe a preocupação de destinar a cada fração da população o seu lugar: grandes avenidas, poucas praças, poucos lugares de encontro, uma avenida de contorno que isola a cidade, uma zona suburbana e depois a periferia (zona rural). O planejamento

da capital mineira foi resultado da visão elitista republicana do início do século XX.

O fato de o plano original de Belo Horizonte não prever um espaço adequado para os operários pode remeter à intenção de se negar um estilo de vida pré-existente, presente no sítio no qual se ergueu a cidade e na sociedade que finalizou o século XIX. A ênfase em uma estrutura urbana, notavelmente, diversa da que existia nas cidades coloniais, é indício de que se pretendia modificar também, a sociedade vigente até então. Trata-se de uma recusa às tradições históricas, respaldada por um encantamento científico de inspiração européia, que, em muito, comprometeu o sucesso do projeto planejado no que se refere à acomodação das classes populares no espaço urbano da cidade. Em suma, foi um projeto modernizador.

O fato da elaboração do projeto da cidade não ter considerado a existência e a dinâmica das camadas populares, caracterizando um projeto destoante com a realidade, foi condição para a referida segregação socioespacial que marcou o plano da nova cidade mineira. O contexto do final do século oitocentista não tinha a vontade popular como componente; basta retomar as condições em que se deu a proclamação da República. Sendo assim, não se pode atribuir ao projeto positivista de Aarão Reis a causa única dos posteriores incômodos e limitações vivenciadas pelos belo-horizontinos pobres.

É oportuno retomar que a Comissão Construtora, uma vez que, o governo estadual detinha o maior poder de intervenção, possuiu outra direção a partir de 1895 e que, se realmente fosse de seu interesse, o plano da cidade teria sido reformulado, considerando a classe trabalhadora. De acordo com o que o trabalho apresentou, algumas propostas foram delineadas a fim de se pensar, longe de resolver, a questão da exclusão da população operária e mais pobre da cidade. No entanto, até o final da primeira década do século XX nada de concreto e satisfatório havia sido efetivado. O que se observou nas análises foi a permanência do descaso; a superficialidade das decisões do poder público e a continuidade da reprodução das desigualdades de classe no espaço urbano.

## The social hygienization through the urban planning of Belo Horizonte in the early years at the 20<sup>th</sup> century

### Abstract

This paper analyses the context in which the capital of the state of Minas Gerais was transferred from Ouro Preto to Belo Horizonte, in view of the urban reforms in Paris, and the Proclamation of the Republic in Brazil, which took place in the same period. These events influenced transference process of the capital, Ouro Preto, to a place where there could be economic growth, a controlled population contingent and streets ordered according to the scientific rigors of the end of the 19<sup>th</sup> century. From this starting point we begin by the analyses of the political, scientific and social ideas at the end of the 19<sup>th</sup> century which influenced the urban planning of Belo Horizonte, a city built in order to substitute the ancient baroque and imperial city of Ouro Preto. With this perspective, the new capital would exclude from its urban area the poorest segments of its population.

**Keywords:** Belo Horizonte. Urbanization. Republic.

### Referências

ANDRADE, Rodrigo Ferreira et al. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 37-78.

ARAÚJO, Cristiane. BH sob todos os ângulos. *Revista Belo Horizonte: da cidade planejada à capital centenária*, Belo Horizonte, ano 3, n. 10, 1997.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. 2. ed. Belo Horizonte: Rex, 1936.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo, 1989.

CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO;  
ESCOLA PLURAL. *BH verso e reverso*. Belo Horizonte: PBH, 1997.

CERTEAU, Michael de. *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis, RJ:  
Vozes, 1994.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo  
Horizonte. In: MONTE-MÓR, R. L. (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos  
em construção*. Belo Horizonte: PBH; CEDEPLAR, 1994. p. 51-77.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belo Horizonte, 1907.

DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte*.  
Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro; Xerox do Brasil, 1997.

DULCI, Otávio Soares. Origens do Desenvolvimento Mineiro. In: \_\_\_\_\_. *Política  
e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e os seus agentes no século XIX  
na Província de Minas Gerais*. 1997. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-  
Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma  
hermenêutica filosófica*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte,  
cidade planejada*. 1991. 128 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto  
Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.

HENRIQUES, Rita de Cássia Chagas. *A razão moldando o cidadão: estratégias  
de política higienista e espaço urbano disciplinar - Belo Horizonte - 1907-1908*.  
*Caderno de História*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3. out. 1997.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. *Belo Horizonte: a construção de um saber  
geográfico*. 1994. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia com concentração em  
Desenvolvimento Regional e Urbano)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

\_\_\_\_\_. Origens espaciais e históricas de Belo Horizonte. In: BELO Horizonte,  
Prefeitura Municipal. *BH Verso e Reverso*. Belo Horizonte: 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos histórico*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 97-118, 1992.

LA CAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Cristina. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, Marcos Antônio. *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*. São Paulo, SP: FUPAM; Studio Nobel, 1999.

LIMA Jr, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais: origens e formação*. 3. ed. Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Artes, 1965.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. Inauguração da nova capital. Arquitetura. Extinção da Comissão Construtora. In: \_\_\_\_\_. *História de Belo Horizonte: de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

PILÓ, Conceição. *Palácio da Liberdade: dos Campos Gerais dos Goitacases ao Belo Horizonte das Minas Gerais de nossos dias*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo: RS: 1889-1930*. Porto Alegre: L & PM, 1986.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da leitura do território ao planejamento urbano: o caso de Belo Horizonte. In: \_\_\_\_\_. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SENETT, Richard. *Corpos em movimento*. In: \_\_\_\_\_. *Carne e pedra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Anny Jaqueline Torres. As ruas e as cidades. *Caderno de História*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3. p. 29-34, out. 1997.

SINGER, Paul Israel. Belo Horizonte. In:\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. *Vida urbana*. A evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

